

O PROBLEMA RURAL NA ENCÍCLICA “MATER ET MAGISTRA”

MANUEL DIÉGUES JÚNIOR

Partindo da análise do fenômeno do êxodo rural, o Papa João XXIII descobre suas causas nas próprias condições das populações do campo. Depois de denunciar as raízes do mal, o documento pontifício, sem se referir diretamente a uma reforma agrária, propõe um programa de revisão das estruturas rurais, descendo a pormenores que só poderiam ser ditados por uma vivência pessoal do problema. O programa é de tal modo envolvente que revela a estreiteza da problemática ruralista ainda confinada aos limites de uma simples reforma fundiária. Pela audácia de suas reivindicações, a Encíclica Mater et Magistra é a Carta Magna da emancipação do homem do campo, como a Rerum Novarum o fôra do proletário urbano.

O QUE antes de tudo nos merece a melhor atenção, nos termos com que se apresenta “Mater et Magistra”, é tratar-se de um documento oriundo da mais antiga autoridade moral e espiritual do Mundo e não se voltar para o passado; ignorar o que ficou atrás; e, principalmente, projetar-se para o futuro. É o testemunho, mais uma vez, da perenidade da Igreja através dos tempos. Sua Santidade JOÃO XXIII nos dá um documento, cuja maior importância se me afigura justamente esta: o passado, as possíveis ideologias, as dissensões ficaram, o que há é o futuro — e este futuro, o do homem.

Numa era em que as transformações culturais se processam de maneira rápida, sucedendo-se as invenções e as experiências que modificam não apenas as coisas materiais, mas até mesmo o próprio pensamento humano — as interrogações que nos despertam os fatos quase quotidianos de criações novas, de viagens interplanetárias, de novas descobertas técnicas — não seria possível realmente determo-nos mais em esmiuçar o passado, e, revolvendo-o, buscar-lhe exemplos ou padrões. Um homem do século — do século das Transformações Sociais, do Desenvolvimento — não poderia distanciar-se do futuro. Êste, nas interrogações com que se apresenta, está mais próximo de nós que todo o passado.

Daí a alta significação dêste documento, com que a Igreja complementa e, sobretudo, atualiza as concepções, as idéias e o pensamento sociais, que, vindo de LEÃO XIII, êste voltado principalmente, com a “*Rerum Novarum*”, para o trabalhador da cidade, encontrou na “*Quadragesimo Anno*”, de PIO XI, um seguimento natural e na ação de PIO XII um exemplo aplicado. “*Mater et Magistra*” entra na mesma linha, representa a continuidade de um pensamento, de uma ação, de uma idéia, cuja maior importância é saber acompanhar os tempos, sem distorções de seus princípios fundamentais, mas compreendendo as épocas e os seus homens, sem prejuízo de suas concepções espirituais; é saber projetar-se para o futuro.

Eis aí o que logo avulta na leitura dêste notável documento da Igreja, em que um homem vindo do campo, agricultor criado no meio das colheitas e das incertezas do solo e das traições do tempo, sabe falar a linguagem que todos entendem. A palavra de JOÃO XXIII a respeito dos problemas agrários, que são de importância expressiva neste documento, tem a autoridade que lhe advém da experiência própria; quase diria, repetindo o CAMÕES, que vem daquele saber de experiências feito, construído no lar modesto de lavradores e alongado, ainda hoje, nas atividades exercidas pelos seus familiares.

O próprio tema da migração rural-urbana é apontado desde logo pelo Papa JOÃO XXIII não apenas pelas impli-

cações agrárias decorrentes, mas pelas repercussões urbanas que dêle resultam: "é incontestável que se dá um êxodo das populações rurais em direção aos centros urbanos. É um fato que se verifica em quase todos os países e algumas vèzes atinge proporções enormes e cria problemas humanos complexos, difíceis de resolver." (129).

Sua Santidade coloca assim, diante do exame de consciência dos responsáveis, a duplicidade do problema: 1) o abandono do campo, gerando a diminuição da produção agrícola, o desprestígio da vida rural; 2) o crescimento das cidades criando os problemas de abastecimento alimentar e de comodidades urbanas, que, conseqüentemente, diminuem. São as chamadas implicações sociais do desenvolvimento econômico, que, aliás, Sua Santidade mesmo conhece e proclama, quando mais adiante refere entre as causas do êxodo rural o próprio progresso econômico.

Os fatores do êxodo rural são pelo Papa JOÃO XXIII indicados e analisados; não lhe falta a visão exata de compreender que todos êsses fatores se situam em tórno de um único, que é o desprezo pelos interesses rurais, no que se refere à eficiência de seu trabalho, e também ao nível de vida dos agricultores. E como agricultores — deixa bem claro o Papa — não são considerados apenas os proprietários de terra, mas todos aquêles que lavram a terra, que dela tiram o seu sustento, através de salários ou de outras formas de remuneração, nem sempre adequados à condição da dignidade humana; todos aquêles que vivem com a enxada na mão a regar a terra com o suor do próprio rosto.

O problema agrário não pode, e isso parece óbvio, distanciar-se do problema industrial; o progresso de um — a indústria — como exigência da vida moderna, e até mesmo como condição de elevação do nível de vida, não deve ser o sacrifício do outro — a agricultura. A harmonia da ordem, o equilíbrio das relações sociais, sòmente se produzem através do estabelecimento de um nível de vida da população rural o menos possível distanciado da população urbana. É êste óbvio, elemento na consciência de todos os homens — proclama-o o Papa —, que o processo de desenvolvimento, geralmente desigual no estímulo à agricultura

e à indústria, não tem sabido conduzir. Os homens do campo não podem ser julgados inferiorizados aos demais. Medidas devem ser tomadas “para os agricultores não sofrerem um complexo de inferioridade, antes, pelo contrário, se persuadirem de que, também no meio rural, podem afirmar e aperfeiçoar a sua personalidade pelo trabalho, e olhar confiados para o futuro.” (131).

A esta identificação do desenvolvimento com industrialização, experiência que nem sempre oferece resultados positivos, responde o Santo Padre com a necessidade do desenvolvimento global e harmônico; não um em detrimento do outro, mas um e outro completando-se e integrando-se para proporcionar às respectivas populações um autêntico desenvolvimento humano. Pois nenhum desenvolvimento se fará sem o homem, que é o seu objetivo e, pois, o seu fim.

Não são poucos os cientistas sociais, e sobretudo os antropólogos, que têm mostrado que a industrialização não é um fim, mas meio para o desenvolvimento — e desenvolvimento não apenas o econômico, mas o global. É o pensamento também de economistas. Está escrito no “Planejamento do Desenvolvimento Econômico e Social na América Latina”, documento preparado por um grupo de técnicos para a recente reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social: “O desenvolvimento econômico é um dos meios conducentes a maior bem-estar, embora não constitua um fim em si mesmo”. É, portanto, o sentido em que se orientam os pontos-de-vista mais modernos no campo das Ciências Sociais. É a tese, igualmente, que encontra agora seu grande baluarte nas próprias palavras de “Mater et Magistra”; a Encíclica de JOÃO XXIII coloca-se dentro desse rumo, e formula considerações que visam ao futuro, em cuja perspectiva confia a palavra de Sua Santidade.

É para este futuro que se volta o Papa JOÃO XXIII; é para ele que sugere novos caminhos, na formulação do problema em suas linhas fundamentais. Trata-se, já agora, da formulação do problema agrário em termos de revisão ou reforma das estruturas rurais, naquilo que elas têm de mais arcaico, anacrônico e inadequado ao desenvolvimento moderno. Sua Santidade coloca o problema nos termos em que

êle é suscitado pelos que estudam o tema agrário. Se o latifúndio é um mal, pelos erros econômicos e sociais que acarreta, não basta dividi-lo; é necessário formular uma programação que dê aos novos proprietários os meios adequados de desenvolver suas atividades, através de elementos que fomentem a economia rural e criem o espírito associativo entre os homens do campo. Transformem-se êstes não em simples participantes de uma vida em comunidade, mas integrantes de uma autêntica vida em sociedade.

A reforma ou revisão das estruturas agrárias não é o simples parcelamento da terra. Êste é ponto que autores brasileiros, propugnando pela Reforma Agrária no Brasil, têm insistido em não ser desprezado; não basta dividir o latifúndio ou reaglutinar o minifúndio, mas é necessário criar condições que capacitem o neo-proprietário a aplicar bem a sua capacidade de lavrar a terra. Ê dentro dêste ponto que JOÃO XXIII defende a reformulação das estruturas agrárias.

Ê o que está escrito em "Mater et Magistra": "Primeiramente, é indispensável que exista o empenho, sobretudo por parte dos Poderes Públicos, em que, nos ambientes agrícolas, se desenvolvam, como convém, os serviços essenciais: estradas, transportes, comunicações, água potável, alojamento, assistência sanitária, instrução elementar, formação técnica e profissional, boas condições para a vida religiosa, meios recreativos, e tudo o que requer a casa rural em mobiliário e modernização. Se faltarem nos meios rurais êstes serviços, que hoje são elementos constitutivos dum nível de vida digno, o desenvolvimento econômico e o progresso social vêm a tornar-se quase impossíveis ou demasiado lentos. Donde resulta que o êxodo da população rural se torna praticamente inevitável e dificilmente se consegue discipliná-lo." (133).

Olhando para o futuro — insistamos que êsse espírito anima a palavra do Santo Padre — o Papa lembra uma das técnicas mais modernas, e que se desenvolveu em nossos dias, de aperfeiçoamento do trabalho rural: a da extensão agrícola. Alia-a Sua Santidade ao problema da dimensão da propriedade bem como ao do associativismo rural, cuja im-

portância ressalta, em particular, para mostrar a necessidade cada dia mais urgente de os homens do campo formarem uma comunidade. "É também indispensável que eles estabeleçam ampla rede de instituições cooperativistas, estejam profissionalmente organizados, e tomem parte ativa na vida pública, tanto nos organismos administrativos como nos movimentos políticos." (153).

A solidariedade dos lavradores pode criar cooperativas e associações profissionais, quer para beneficiar a eles próprios, quer para defender seus interesses, e entre estes os preços dos produtos agrícolas. De um lado, o espírito associativista eleva o homem, e o iguala a todas as outras classes sociais; e, de outro lado, alcançará a necessária influência para tornar-se uma voz a elevar-se no seio da administração pública e da coletividade.

Sua Santidade insiste no tema central do êxodo rural, as causas que o determinam envolvendo uma única e básica: a carência de uma vida condigna ao homem do campo. É à procura dessa dignidade de vida que os rurais emigram, abandonando suas terras. À procura dela buscam as cidades, e contribuem para o crescimento dos serviços industriais ou terciários, e para as superlotações urbanas, e para a falta das comodidades básicas na cidade, e para a insuficiência dos serviços urbanos de água, de eletricidade, de esgoto, de transporte. Transladam-se problemas, embora variando em sua natureza específica. E é esse ritmo desigual, e contra-indicado, que surge como processo de desenvolvimento.

Um programa de revisão agrária será evidentemente uma reestruturação social rural; mas uma reestruturação global na sociedade rural, e não parcial. Pois o que se compreende, num programa dessa natureza, é não apenas a distribuição da propriedade mas um completo e coordenado sistema de colaboração ao trabalho do homem do campo: crédito, tecnologia, serviço social, meios de transporte, facilidade de mercados. Neste sentido também colocou Sua Santidade o problema; não basta redistribuir a terra, mas assegurar ao proprietário meios de estimular e desenvolver suas atividades.

O mais típico dentro desse programa é o que se refere à tecnologia. Todos sabem que as técnicas de produção agrícola, na maioria dos países, e sobretudo nos chamados sub-desenvolvidos, são rudimentares, concorrendo pela própria natureza do trabalho exigido para verdadeira degradação da sociedade rural. É mister, pois, modernizar essa tecnologia, utilizar instrumentos modernos, substituir a enxada pelo arado, e o arado pelo trator; completar a técnica do homem de maneira a torná-la mais produtiva, alcançando assim nível mais alto de produtividade.

Contra essa degradação do trabalho rural, baseado no esforço humano, é que se alteia a voz de JOÃO XXIII: "é preciso que no setor agrícola se realizem as transformações que dizem respeito às técnicas de produção . . . de maneira que se atinja um nível de vida conveniente." (134). O progresso técnico não diminui o homem; nem contraria os princípios cristãos. Técnica e ciência não se distanciam da religião. Somente podem desenvolver-se quando inspiradas pelo próprio espírito humano, que é acima de tudo uma criação de Deus. É só esse espírito — o do homem — é capaz de criar cultura, ou seja, técnicas, inovações, ciência.

Há necessidade, por isso mesmo, de manter o processo de desenvolvimento — e não apenas o econômico, mas o global, de que aquele é apenas uma parcela — dentro de um ritmo gradativo, através da harmonia de todas as atividades entre os diferentes setores. Ao lado do desenvolvimento industrial, que todos achamos justo e necessário, criem-se estímulos à melhoria dos métodos aplicados na agricultura, os que melhorem a técnica de produção, os que estimulem a variedade das culturas, os que possibilitem o melhor aparelhamento da administração rural. Desenvolvimento proporcional na agricultura, na indústria, nos serviços urbanos, na prestação de serviços — eis o que sugere e proclama o Papa JOÃO XXIII para mostrar que o processo tem de ser equilibrado e bastante ritmado entre os setores, a fim de assegurar ao homem o verdadeiro e autêntico desenvolvimento global, em que o econômico e o social se dão as mãos, em que a própria personalidade humana se sente integrada em um legítimo teor de autenticidade.

A diretriz não poderia ser outra, desde que sòmente através desse entrelaçamento — agricultura, indústria, serviços, desenvolvendo-se progressiva, ritmada e harmônicamente — é possível criar condições ao próprio desenvolvimento global: ou, se quizerem, ao chamado desenvolvimento econômico. Quando se confunde desenvolvimento econômico com industrialização — êrro que, no Brasil, aliás, tem sido muito comum — como que se ignora que a indústria sòmente poderá progredir se o mercado interno estiver em condições de absorver a produção; e êste mercado interno é, em grande parte, proporcionado pelo homem do campo, pelos agricultores. Se o progresso humano precisa da indústria, é evidente que esta precisa igualmente do homem do campo.

Viu-o bem claro o trecho da “Mater et Magistra” em que se proclama que a agricultura oferece à cidade, o que quer dizer também à indústria, os produtos mais aptos ao consumo, contribuindo para uma estabilidade maior da moeda, que permitirá a compra de produtos — elemento positivo para o progresso ordenado do sistema econômico total. Através de tais diretrizes, ter-se-á planejado um verdadeiro desenvolvimento, em que o desenvolvimento agrário estimulará o industrial e em que êste suprirá àquele com seus instrumentos técnicos, facilitando o aproveitamento do homem rural em outras atividades que a todos beneficiarão.

Onde Sua Santidade coloca o problema agudo da reformulação agrária é ao tratar da dimensão da propriedade agrícola. Combatendo o latifúndio ou o minifúndio, mostra JOÃO XXIII que a dimensão da propriedade deve basear-se na dignidade do homem e da família. Não se pode estabelecer, *a priori*, a estrutura mais conveniente. O espírito de região, as diferenças ou peculiaridades de cada área, acodem ao pensamento do Papa, “dada a variedade dos meios rurais no interior de cada país e, mais ainda, entre os diversos países do mundo.” (151). Tese esta que, sustentada hoje pela palavra supra-autorizada do Chefe da Igreja Católica, se encontra como fundamento de sugestões ou pontos-de-vista brasileiros, inclusive o já manifestado nesta mesma revista, em artigo anterior.

A empresa familiar é aquela que deve ser defendida e preservada, porque ela representa o que convém ao digno teor da vida da família — o que quer dizer, da própria dignidade humana. A dimensão, portanto, deve corresponder ao que o homem possa trabalhar com sua família e, quando necessário, ajudado por outros trabalhadores, sem que haja, entretanto, instabilidade social ou quebra dos princípios essenciais do ser humano.

A palavra de JOÃO XXIII é a que nos vem de um homem nascido e criado no meio rural; dita-a o conhecimento direto de uma experiência que, trazida de seus antepassados, prossegue na sua geração e vai tendo continuidade nas gerações que se vêm sucedendo. E é a palavra da experiência que se projeta para o futuro. Daí o acerto com que fere certos problemas da vida rural, intimamente ligados ao bem comum, que é o de todos os cidadãos de uma nação e, por extensão, de todo o mundo.

Merece, por exemplo, referência especial pela segurança com que o assunto é tratado o problema do seguro agrícola. Este é outro tema de muita oportunidade, pelo menos em nosso país. Sua Santidade mostra que é necessário distinguir o seguro do que a terra produz e o seguro dos próprios agricultores e de suas famílias. O seguro social é encarado como meio que não distancie atividades, tendo em vista as rendas auferidas. Estas constituem um meio de diferenciação dos cidadãos em classes. Contudo, chama a atenção para mostrar que o preço dos produtos agrícolas é frequentemente mais uma retribuição ao trabalho dos agricultores do que remuneração de capitais, ao contrário do que sucede em outras atividades. Ao lado da justa proporção dos salários deve colocar-se a justa proporção dos preços.

A acessibilidade dos preços dos produtos agrícolas, que são os destinados a satisfazer as necessidades primeiras do homem, não deve ser sacrificada, porém, colocando-se num plano de inferioridade que os desprestige e os desmereça econômico-socialmente, pois criaria uma situação de dificuldade aos lavradores por não poderem, em contrapartida, adquirir o que lhes seja necessário à manutenção de um

digno teor de vida. Estaria quebrado o equilíbrio social; o bem comum estaria afetado.

É por todo êste caminhar de luzes espalhadas em tórno do problema agrário que Sua Santidade trata, em "Mater et Magistra", do homem do campo e da situação das estruturas rurais. Coloca-se JOÃO XXIII na posição mais moderna e mais atualizada do tema; projeta-o ao futuro, antes de revê-lo no passado. Denunciando as dificuldades e as iniquidades do desequilíbrio econômico-social do momento, o Papa dos nossos tempos alonga sua visão para mostrar que, indiferente aos ismos, sejam os da direita ou da esquerda, os teóricos ou demagógicos, sòmente há um caminho a seguir: o que possibilite ao homem do campo, tal como sucede ao da cidade, elevar o teor de sua vida a um nível autêntico de dignidade humana.

Para tanto é que se torna necessária a reformulação das condições de exploração da terra, atualizando-as e modernizando-as, revendo-se ou reformando-se as estruturas agrárias vigentes. Êste o caminho a seguir; se a reforma agrária, que é esta reforma das estruturas rurais, é a verdadeira revolução social rural, necessário se faz realizá-la pacificamente, pela boa vontade e pela compreensão entre todos os homens.

Afirmando o dever do Estado de intervir no plano sócio-econômico para defesa dos interesses do operariado urbano e os direitos dos trabalhadores de se unirem para a promoção de seus próprios valores, a "Rerum Novarum" foi considerada, em seu tempo, um documento revolucionário, e a Carta Magna da emancipação do proletariado industrial. Para quem medita atentamente na reforma das estruturas agrárias proposta pela "Mater et Magistra", esta Encíclica não deixará de parecer revolucionária, e de constituir a Carta Magna da emancipação do homem do campo.